

# Ata de Reunião - 51ª RO

Data: 05/04/2018      Aprovada em: 10/05/2018  
Início: 14h00min      Fim: 17h40min  
Local: Sala de Reuniões da Biblioteca Pública

## Conselheiros presentes

	Instituição	Representantes
01	Diretoria de Meio Ambiente - Presidente	Jussara Rodrigues Carvalho Viana
02	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente	Eliane Campezzato Raabe Isabella de Castro Carvalho
03	Secretaria Municipal de Educação	Márcia Cristina Mangerotti
04	Secretaria Municipal de Saúde	Anne Elize Madeira Gonçalves Barbosa
05	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Arnaldo Frederico Carvalho Marchesotti
06	Câmara Municipal	Antônio Carlos Fagundes Júnior
07	Sindicato Rural	Acácio de Paula Filho
08	Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Lagoa Santa - AREA	Márcia Pinto de Moura
09	Associação Comercial, Industrial, Agronegócios e de Serviços de Lagoa Santa – ACE/LS	Carlos Alberto Corrêa de Mello Adalton Figueiredo de Melo
10	Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa – AMAR	Carlos von Sperling Gieseke
11	Instituto Carbono	Ausente

## Falta justificada

## Justificativa

-----

-----

## Demais presentes

## Instituição

1	Francisco de Oliveira Assis	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente
2	Daniel Duarte	FGA Projetos
3	Marconi André	Construtora Passos
4	Gefferson Guilherme Rodrigues Silva	FGA Projetos
5	Leandra Valadares	Cidadã
6	José Eugênio Cortes Figueira	Cidadão (não assinou a lista)

## Pauta Preliminar

1 – 14:00h – 14:05h – **Abertura.**

2 – 14:05h – 14:15h – **Aprovação das atas da 49ª Reunião Ordinária, 50ª Reunião Ordinária e 17ª Reunião Extraordinária.**

3 – 14:15h – 14:25h – **Análise do seguinte Processo Administrativo:**

**3.1 – FILIPE MOTA BOERER – Processo Administrativo nº 1318/2018 – Laudo Técnico nº 016/2018.**

4 – 14:25h – 14:35h – **Esclarecimentos do requerente acerca do Processo Administrativo nº 1275/2018 – Laudo Técnico nº 014/2018 – PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SAÚDE.**

5 – 14:35h – 14:45 – **Apresentação do projeto de Educação Ambiental proposto pelo Residencial Lisboa, em cumprimento às Medidas Mitigadoras e Compensatórias - Item 1.7, conforme Autorização 005/2018.**

6 – 14:45h – 15:15h – **Discussões acerca do novo Regimento Interno do Codema.**

- 18 7 – 15:15h – 15:45h – **Discussões acerca da revisão das Resoluções Codema nº 04/2011 e**  
19 **05/2012.**  
20 8 – 15:45h – 15:55 – **Assuntos gerais.**  
21 9 – 15:55h – **Encerramento.**

22  
23 **ATA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO**  
24 **AMBIENTAL DE LAGOA SANTA - CODEMA**  
25 **REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2018**  
26 **Aprovada em 10/05/2018**  
27

28 Iniciando a reunião, Jussara Viana disse que a DMA não havia recebido as considerações nas atas  
29 por parte do Sr. Carlos Sperling; diante disso, colocou em votação se aprovariam as atas sem as  
30 correções propostas por Carlos Sperling ou se votariam na próxima reunião; por maioria ficou  
31 estabelecido que as atas serão votadas na próxima reunião ordinária para inclusão das  
32 considerações a serem encaminhadas por Carlos Sperling, estabelecendo esta data como limite para  
33 aprovação. Adalton Melo disse que sempre em suas falas e observações em relação à MRV e  
34 Copasa, ao final pedia à DMA que fosse informado as medidas compensatórias estabelecidas para  
35 estes empreendimentos. Jussara Viana disse que ele poderia solicitar vistas aos processos, mas que  
36 como ele não estava desde o início desta Gestão do CODEMA, que a medida compensatória definida  
37 para a MRV foi o projeto para a Lagoa do Francisco Pereira e que nos demais processos que  
38 deveriam compensar, tiveram como obrigação realizar programas de educação ambiental. Adalton  
39 Melo disse que trocar a medida compensatória cujo empreendimento está causando impactos no  
40 Bairro Vila Maria por um trabalho no Bairro Francisco Pereira não está diminuindo impacto nenhum  
41 do empreendimento. Passou-se a discutir o item 3: "Análise do seguinte Processo Administrativo: **3.1**  
42 **– FILIPE MOTA BOERER – Processo Administrativo nº 1318/2018 – Laudo Técnico nº**  
43 **016/2018**". Francisco Assis disse que houve alguns erros de digitação, apresentando em seguida o  
44 pedido e as alterações efetuadas. Sobre a reposição ambiental, Carlos Sperling disse que continuam  
45 fazendo uma interpretação de que para a supressão de uma árvore com mais de 4m de altura, deve  
46 ser solicitada a reposição por uma de 1,20m de altura; que não há compensação nenhuma e que esta  
47 é uma interpretação errada da lei. Francisco Assis disse que em reposição ambiental corta-se uma e  
48 substitui por uma e que esta é a interpretação da DMA. Colocado em votação, o pedido foi aprovado  
49 por todos os presentes, com as alterações citadas por Francisco Assis (doação para cumprimento da  
50 Resolução Codema nº 04/2011, ao invés de 18 mudas, deverão ser doadas 24 e onde se cita 7  
51 cambotás, na realidade são 6, na área de construção) - Votos favoráveis: 09. Em relação ao Item 4:  
52 **"Esclarecimentos do requerente acerca do Processo Administrativo nº 1275/2018 – Laudo**  
53 **Técnico nº 014/2018 – PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SAÚDE"**, Jussara Viana explicou que  
54 recebeu um pedido da Paróquia para apresentarem as adequações no projeto e que estas não foram  
55 finalizadas a tempo de serem expostas na presente data, solicitando que a apresentação pudesse ser  
56 realizada na próxima reunião. Em relação às análises acerca da qualidade da água da ETE Central,

57 Márcia Moura perguntou sobre o andamento da solicitação, no que se referia aos orçamentos.  
58 Isabella Carvalho disse que está faltando um orçamento e que a empresa consultada Akvos não deu  
59 retorno. Na sequência, passou-se a discussão do Item 5: "Apresentação do projeto de Educação  
60 Ambiental proposto pelo Residencial Lisboa, em cumprimento às Medidas Mitigadoras e  
61 Compensatórias - Item 1.7, conforme Autorização 005/2018". Jussara Viana passou a palavra para os  
62 representantes da empresa, explicando que na presente data fariam uma breve explanação e  
63 deixariam o projeto para ser encaminhado aos membros; que a discussão se daria na próxima  
64 reunião ordinária quando todos tivessem lido a proposta. Daniel Duarte da FGA Projetos disse que a  
65 empresa foi contratada para atendimento da medida compensatória do Codema e das condicionantes  
66 ambientais do ICMBio; que o projeto solicitado deveria ser apresentado ao Conselho para avaliação e  
67 aprovação antes da execução do mesmo; explicou o processo de elaboração, que se iniciou com  
68 uma visita na instituição de ensino para entender a realidade e inclusive proporem a sua inclusão no  
69 Projeto Político Pedagógico (PPP), entrando como um projeto formal para ser realizado com a própria  
70 escola; que escolheram a Empresa Poeira Estúdio que já desenvolve inúmeros trabalhos ambientais  
71 na região. Gefferson Silva da FGA Projetos fez uma breve explanação acerca da proposta, dizendo  
72 que disponibilizariam um email para que neste intervalo de tempo até a próxima reunião, aqueles que  
73 quisessem poderiam tirar alguma dúvida; que a Empresa Poeira Estúdio trabalha de forma lúdica  
74 todas as temáticas que são propostas a eles, além da temática da animação e criatividade sendo que  
75 esta introdução de atividades lúdicas no ensino e aprendizagem é muito importante no processo  
76 educativo; que o público alvo são alunos de 7 anos ou mais, além do corpo escolar; que as oficinas  
77 serão desenvolvidas com 15 turmas com no máximo 20 alunos em cada, com um professor e um  
78 monitor, sendo dois funcionários da Poeira Estúdio, com uma carga horária de 1h/dia, totalizando  
79 15h; as técnicas trabalhadas serão: brinquedos óticos, traumatopo ou folioscópio e que a pedido da  
80 escola, irão realizar as oficinas próximo a uma data comemorativa com a temática ambiental. Carlos  
81 Sperling disse aos representantes que existe um outro projeto de educação ambiental que está sendo  
82 elaborado com muita seriedade e que poderiam verificar a possibilidade de juntar os trabalhos.  
83 Jussara Viana disse que poderiam passar o contato para a empresa, sendo o mesmo solicitado por  
84 Daniel Duarte. Márcia Mangerotti perguntou se a proposta apresentada foi criada pela escola ou um  
85 projeto da empresa, pois acreditava ser importante ter passado primeiramente pela escola para ter a  
86 aprovação da instituição de ensino antes de vir para o Conselho, sendo explicado por Daniel Duarte  
87 que conversaram inicialmente com a pedagoga da escola que pediu a preparação de uma proposta  
88 para realização na semana do meio ambiente; ficou acertado que Daniel Duarte repassaria o projeto  
89 para a escola para que neste período a instituição também pudesse fazer a sua análise. Passou-se  
90 ao Item 6: "**Discussões acerca do novo Regimento Interno do Codema**". Jussara Viana explicou  
91 que na última reunião ordinária, Carlos Sperling havia pedido vistas ao processo, mas que não havia  
92 recebido nenhum parecer; que poderiam pegar os pontos que ele havia levantado para discutir, pois a  
93 proposta de Márcia Moura e Luiz Moreira já foram apresentadas e aprovadas. Carlos Sperling

94 levantou os seguintes pontos: **Art. 2º - acréscimo da palavra normativo**, sendo explicado por  
95 Jussara que a Lei Orgânica prevê que o Conselho têm caráter consultivo e deliberativo, não sendo  
96 possível o acréscimo; **Art. 4º**, ressaltou que tem insistido que é preciso trazer para o Conselho várias  
97 entidades com atribuições que muitas das vezes são deliberadas por eles, sugerindo a inclusão de 01  
98 membro representante da Polícia Ambiental, 01 representante do ICMBio, 01 representante do IEF,  
99 01 representante da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e 01 representante da  
100 OAB. Jussara Viana ressaltou que não poderiam acrescentar, pois este artigo era baseado na Lei  
101 Municipal nº 3987/2017 e para incluir estes membros, a mesma precisaria ser alterada. Arnaldo  
102 Marchesotti deu exemplo dentro da sua diretoria com o Conselho de Esportes, que desde a sua  
103 criação nunca funcionou por falta de quórum; enviaram proposta para a Câmara reduzindo o número  
104 de conselheiros, não para reduzir a participação, mas para que o mesmo se tornasse funcional, e que  
105 atualmente eles conseguem quórum. Sobre o **Art. 12, Inciso XII**, Carlos Sperling solicitou trocar a  
106 palavra *opinar* para *pronunciar*, o que foi acatado. A palavra *opinar* foi trocada por *pronunciar-se*. No  
107 **Art. 12, Inciso XVIII** - Carlos Sperling solicita novamente trocar a palavra *opinar* para *pronunciar*;  
108 Márcia Moura sugeriu a palavra *manifestar*, sendo, portanto, alterado por esta. **Art. 12 - Inciso XV**,  
109 retirar as palavras "*quando for o caso*"; foi explicado por Isabella Carvalho que nem todo processo de  
110 licenciamento vai demandar a realização de audiência pública, depende da atividade e da classe;  
111 Eliane Raabe ressaltou que as palavras deveriam permanecer, porque não são todas as atividades  
112 que vão exigir uma audiência pública. Jussara Viana disse que entendia o pedido de Carlos Sperling,  
113 dando como exemplo o empreendimento dos portugueses em Jaboticatubas, que apesar de estar em  
114 outro Município, traria impactos na cidade e que a Prefeitura solicitou uma audiência pública em  
115 Lagoa Santa e que entendia que em casos com impacto significativo, deverão ser realizadas estas  
116 audiências e que "*quando for o caso*" se aplicava a isso. As palavras "*quando for o caso*",  
117 permaneceram na proposta. No **Art. 13, Inciso VIII, § 5º**, Carlos Sperling disse que só entendia a  
118 necessidade de sigilo quando fosse por questão de segurança ou segredo industrial, sendo explicado  
119 por Eliane Raabe que todo servidor público tem responsabilidade de não divulgar nenhuma  
120 informação acerca dos processos, e quando um membro do CODEMA solicita vistas ele também  
121 assume esta responsabilidade. Carlos Sperling propôs a seguinte redação: "O Conselheiro quer  
122 retirar o processo deverá assumir a responsabilidade pela sua guarda e sigilo dos documentos que o  
123 compõe, com exceção daqueles considerados como **sigilosos**, tais como normas, registros públicos,  
124 etc."; foi explicado que não poderia haver esta alteração. Jussara Viana disse que a proposta de  
125 revisão do Regimento Interno, após finalizada, seria encaminhada para o Prefeito Municipal  
126 solicitando a sua edição/publicação, sendo que deverá ocorrer uma avaliação jurídica e caso haja  
127 alguma consideração a respeito da responsabilidade pela retirada e guarda de processos por  
128 Conselheiros, a mesma será trazida ao Conselho. Carlos Sperling sobre o **Art. 30**, solicita acréscimo  
129 ao final: "podendo concorrer complementarmente às legislações estaduais e federais". Jussara Viana  
130 perguntou se havia mais alguma alteração, e como não houve mais nenhuma manifestação, a

131 redação foi finalizada, ressaltando que o texto final do Regimento Interno estava aprovado, seria  
132 então encaminhado ao Prefeito solicitando a sua publicação e que como já havia adiantado, teria uma  
133 análise jurídica e se houver qualquer consideração, esta será trazida ao Conselho. Em relação ao  
134 **Item 7: "Discussões acerca da revisão das Resoluções Codema nº 04/2011 e 05/2012"**, Jussara  
135 Viana ressaltou o recebimento das considerações de Carlos Sperling e que a DMA fez a proposta de  
136 unificação das duas resoluções e que a intenção era fazer a leitura e a discussão, colocando em  
137 votação, mas que o texto era composto de 14 páginas; que sugeria uma nova unificação com as  
138 propostas de Carlos Sperling e da DMA, que seriam encaminhadas por e-mail para todos os  
139 membros e discutida na próxima reunião ordinária, quando não seria necessário a sua leitura integral.  
140 Carlos Sperling ressaltou que a Resolução atual parte do princípio de que árvores abaixo de 6m de  
141 altura têm pouca importância, sendo que o nosso cerrado é baixo e por esse motivo criou subdivisões  
142 levando em conta o porte, pedindo aos demais membros que pensassem no que já vem sendo  
143 discutido sobre este assunto, incluindo esta questão de porte e incentivo de plantio de determinadas  
144 espécies nativas. Ficou estabelecido que a DMA encaminhará por e-mail a consolidação das  
145 Resoluções 04/2011 e 05/2012 para análise prévia dos Conselheiros e discussão na próxima reunião  
146 ordinária. Jussara Viana passou a palavra para o Professor da UFMG, Sr. José Eugênio, do  
147 Departamento de Biologia Geral - Setor de Ecologia; este iniciou dizendo que observava as  
148 agressões ao meio ambiente pela pressão do Vetor Norte e Aeroporto Industrial; que há cerca de 2  
149 semanas participou de reunião do Conselho da APA onde foi apresentado um empreendimento que  
150 vai levar à perda de aproximadamente 100 ha de mata semi-decidual de Mata Atlântica na região  
151 próxima ao Aeroporto; relatou a situação do seu bairro (Condomínio Vivendas) onde um vizinho  
152 efetuou o corte de 34 árvores em um lote para implantação de um projeto arquitetônico, que se  
153 mostrou insensível à questão ambiental, porque levou ao desmatamento de todo o lote; diante disso  
154 ressaltou a importância de se mobilizar para a sensibilização de moradores e profissionais da área da  
155 engenharia e arquitetura para que privilegiem a preservação da vegetação nos projetos; falou sobre a  
156 importância de criação do Sítio RAMSAR e da necessidade de lutarmos pela preservação ambiental.  
157 Márcia Moura disse que estão em um bom momento para construir instrumentos de preservação, já  
158 que está em proposição a aprovação da Lei Ambiental e mudança da Lei de Uso e Ocupação do  
159 Solo, e que já buscou junto ao SINDUSCOM a proposta de inclusão de PSA's (Pagamentos por  
160 Serviços Ambientais) no caso da lei ambiental, para, por exemplo, auxiliar aos donos de nascentes  
161 serem parceiros na preservação, assim como o empreendedor e construtor; que o seu sonho é que  
162 fique pelo menos uma árvore no interior do lote; que está buscando materiais para realizar  
163 proposições. Jussara Viana disse ser importante os profissionais da área estarem orientados. José  
164 Eugênio, sobre o Projeto Asas do Carste, disse que este já vem sendo desenvolvido ao longo de 2  
165 anos, e através do estudo das lagoas cársticas em cada Município que compõe a região da APA, os  
166 alunos teriam contato com a ciência em campo, identificação das aves em diferentes estações do  
167 ano, verificação das estações de seca e cheia das lagoas, ou seja, uma série de fenômenos que

168 ocorrem muito rapidamente na região cárstica; que por questões financeiras do Estado, a verba que  
169 seria alocada para o projeto foi cortada e que provavelmente o projeto não continuará. Carlos  
170 Sperling perguntou ao Professor José Eugênio se, caso o CODEMA direcionasse uma medida  
171 compensatória seria possível a realização desse projeto em outra área do Município que entende ser  
172 muito importante e com todas as possibilidades de recepção, sendo respondido afirmativamente.  
173 José Eugênio disse ser necessário entrar em contato com a coordenação do projeto, Sra. Derza ou  
174 Procópio, levando uma proposta. Isabella Carvalho disse ser importante ter noção do valor para  
175 desenvolver o projeto nestes locais. Jussara Viana falou acreditar ser importante contatar o CBH  
176 Velhas consultando se há viabilidade para implantação do projeto na Lagoa Francisco Pereira, pois  
177 provavelmente encaminhariam resposta de não ter recursos e qual seria o custo para realizar o  
178 mesmo. Sobre a Lagoa Central e os projetos que vem sendo discutidos para a mesma, José Eugênio  
179 ressaltou ser muito importante saber quais os impactos que as ações programadas terão para a vida  
180 da lagoa. Jussara Viana solicitou apoio do Professor junto à UFMG para firmar o Termo de Parceria  
181 para implantação das ações na Lagoa Central. Carlos Sperling perguntou novamente como poderia  
182 ser acionado o projeto Asas do Carste para a Lagoa Francisco Pereira, sendo respondido por José  
183 Eugênio entrar em contato com a coordenação e que poderia já adiantar as intenções. Isabella  
184 Carvalho disse que em conversa com a Derza sugeriu que este projeto fosse dividido em projetos  
185 menores para apresentação junto às Prefeituras para que pudessem ser retomados e continuados já  
186 que as verbas do Estado não estão sendo encaminhadas. Sem mais temas a serem apresentados, a  
187 reunião foi encerrada às 18h30min. Não houve encaminhamentos.